

Narrativas de estudantes sobre a regionalidade na perspectiva da Teoria da História de Jörn Rüsen

Student narratives about regionality from the perspective of Jörn Rüsen's Theory of History

Cristiano Nicolini*

Resumo: O artigo analisa a influência da Teoria da História, de Jörn Rüsen, no campo do ensino de História, elegendo um tipo específico de narrativa e suas relações com a aprendizagem histórica. Tomando como contexto empírico uma região situada no Sul do Brasil, propõe-se utilizar os referenciais teóricos da Didática da História e da Educação Histórica para analisar narrativas de estudantes do final dos Anos Iniciais da Educação Básica acerca da construção da regionalidade e suas relações com os tipos de narrativa e ideias históricas construídas pelos jovens em ambiente escolar. O estudo possibilitou a construção de quatro categorias de narrativas, as quais são analisadas a partir dos pressupostos rüsenianos que tratam da interculturalidade e da consciência histórica dos sujeitos.

Palavras-chave: Narrativas. Regionalidade. Educação Histórica. Didática da História. Vale do Taquari..

Abstract: The article analyzes the influence of Jörn Rüsen's Theory of History in the field of History teaching, choosing a specific type

of narrative and its relationship with historical learning. Taking as an empirical context a region located in the south of Brazil, it is proposed to use the theoretical frameworks of History Didactics and History Education to analyze the narratives of students from the end of the Early Years of Basic Education about the construction of regionality and its relations with the types of narratives and historical ideas constructed by young people in a school environment. The study enabled the construction of four categories of narratives, which are analyzed from the Rüsenian assumptions that deal with the interculturality and the historical consciousness of the subjects.

Keywords: Narratives. Regionality. History Education. History Didactics. Taquari Valley.

* Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor-Adjunto nas áreas de Estágio Supervisionado em História e Didática da História na Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. E-mail: cristianonicolini@ufg.br

Introdução: a Teoria da História de Rüsen e o ensino de História

A partir da veiculação da obra e da teoria rüseniana no Brasil, ocorreu uma significativa ampliação de análises pautadas por esse referencial, oportunizando diálogos entre a ciência histórica e o ensino de História nas escolas. Segundo Fernanda de Moura Leal, no artigo “Educação Histórica e as contribuições de Jörn Rüsen”, publicado nos *Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH* (São Paulo, julho de 2011), Rüsen afirma que, até o século XVIII, havia a preocupação com a função prática da História. A institucionalização e a profissionalização da História colocaram o ensino de lado; ocorreu, então, uma pedagogização da disciplina, que distanciou a compreensão de História daquela colocada pelo debate científico. Rüsen busca resgatar essa aproximação. Retoma a reflexão didática acerca do uso da História na vida prática e busca compreender suas funções práticas no ensino, mostrando que esse é um problema a ser pensado pela ciência histórica.

Pensar o ensino de História, portanto, é pensar a atividade do próprio historiador. Consciência histórica, segundo o autor, é o grau de consciência entre passado, presente e futuro. Para compreender a aplicação desse pressuposto, são necessárias pesquisas empíricas que ajudem a mapear tal consciência, bem como intervir sobre as formas de compreender a disciplina nas escolas. Segundo Rüsen, é preciso pensar na História como ciência.

Sabemos muito pouco sobre como a História é pensada na aula de História. Alunos vão para a escola com pré-conceitos sobre como funciona o mundo. Se essas compreensões não forem levadas em consideração, podem não assimilar os novos conceitos e informações que lhes são ensinados. Segundo Leal (2011), pesquisas sobre o ensino de História são pouco recebidas pelas universidades.¹

Rogério Chaves da Silva, em *Método e sentido: a pesquisa e a historiografia na teoria de Jörn Rüsen* (2009), lembra que Rüsen busca respostas ao problema de pesquisa e escrita da História, incorporando aspectos da narrativa à teoria. Investiga a *função Didática da História*, ou seja, como ela é apropriada no contexto social. Para isso, expõe sobre a matriz disciplinar, composta pelos fatores e princípios determinantes da História como

disciplina especializada. Nesse sentido, as perguntas do presente feitas ao passado servem como orientação temporal.

Para garantir verdades, são elaboradas e transmitidas narrativas do pensamento histórico. A metodização, porém, é que torna essa História científica. A teoria orienta como abordar as fontes, servindo de fios condutores que criam uma estrutura de sentido. Novas perguntas e necessidades levam a novas teorias. Por isso, a História revela a evolução temporal dos homens e de seu mundo. Nesse conjunto, os conceitos históricos são o mais importante instrumento linguístico do historiador. *E, na aula de História, como é possível que essa metodização se desenvolva?*

Para Rüsen (2015) a *orientação da vida prática* somada à linguagem empírica das fontes analisadas a partir de conceitos gera a aproximação entre teoria e prática. Por isso, o autor pergunta: *Como a experiência do passado se torna histórica?* É preciso que haja critérios de cientificidade, para que essa resposta seja elaborada. No entanto, os resultados são provisórios. Somente o senso comum espera sempre um saber definitivo.

Se as histórias surgem a partir de necessidades do presente, é imprescindível um exercício de investigação da experiência concreta do passado. A pergunta histórica surge da necessidade de orientação para a vida, da pergunta às fontes e, finalmente, da lapidação dos conteúdos. Nesse processo, o método intermedia a subjetividade do conhecedor e a experiência do passado. E a crítica viabiliza a facticidade e a plausibilidade do potencial informativo das fontes. Fatos do passado, pela interpretação, viram fatos históricos. São rearranjados conforme as orientações.

Em seguida, a interpretação leva à formação de produtos narrativos, que são os fios condutores do trabalho de representação histórica, produzindo-se perspectivas heurísticamente direcionadas à experiência do passado. O historiador empresta significado ao teor das fontes, buscando os rastros de identidade de sentido. E o tempo é o limite definidor das possibilidades de agir, em que a dialética justapõe tempo humano e tempo natural/experiências históricas; a intencionalidade humana e as mudanças no tempo são inerentes à experiência humana do passado. Mas há riscos de unilateralidade: perder a historicidade ou, então, o caráter narrativo das experiências históricas.

As narrativas podem ser tradicionais, exemplares, críticas ou genéticas. O autor sistematiza uma tipologia da constituição histórica de

sentido por narrativas. Rüsen não concorda com a narrativa puramente estética. Para ele, a pesquisa impõe fronteiras à subjetividade humana, garantindo a efetividade da orientação ao basear-se na historiografia e na pesquisa. Assim, podem ser atendidos os interesses da vida prática, dando legitimidade social ao conhecimento produzido. Esses interesses são emanados da vida prática, portanto a pesquisa e o conhecimento históricos devem ser a ela direcionados.

Nesse sentido, desenvolve-se a Didática da História. Ela parte da ideia de que existem outras formas de narrar o passado além do conhecimento científico, o qual não está isolado da sociedade. As ideias dos estudantes são importantes e é preciso um diálogo entre as produções de sentido. A experiência humana é um saber em si, que precisa ser considerado no ensino de História.

Rüsen retoma aspectos de sua teoria no artigo “Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão” (2006). Ao lembrar que a partir do século XIX esqueceu-se que a História foi enraizada no social, passando para o domínio de poucos, a metodologia de pesquisa passou a ser mais importante que a Didática da História. Esse processo limitou, segundo o autor, os propósitos da disciplina, pois a cientificização da História provocou sua irracionalização.

Por isso, a principal tese do autor é reverter esse processo, retomando a consciência histórica. A Didática da História deve ser retomada não como aplicação externa, mas como parte do processo acadêmico. Ele situa essa retomada de posição a partir dos anos 60 e 70 do século XX, quando ocorreu uma mudança de paradigma: emerge uma nova forma de lidar com a História, valorizando-se a *educação e a vida prática*. Percebeu-se que a História fora subestimada como campo de aprendizado, cuja autorreflexão levou à aproximação com a didática. No entanto, Rüsen destaca que há uma natureza específica e peculiar na explicação histórica, e essa ideia se tornou meio e objetivo de aprendizado e educação. Mas as discussões sobre consciência histórica não têm sido integradas ao ensino e à aprendizagem em História. Essa mediação precisa mais que habilidades normais dos historiadores.

Compreender a estrutura narrativa da explicação histórica é útil para esse problema posto por Rüsen. A história tem atos discursivos específicos que precisam ser apropriados pelos pesquisadores e educadores. Ou seja, parte-se da ideia de que a separação entre pesquisa

e ensino de História é um equívoco. Ambos são processos que visam a buscar uma identidade humana. Visam à utilização de argumentos e não de poder e dominação para explicações históricas. Enfim, a Didática da História é uma disciplina que investiga a consciência histórica. E o aprendizado histórico é uma das dimensões desse processo fundamental de socialização e individualização humana. Faz pensar em como o passado humano é experienciado e interpretado de modo a compreender o presente e antecipar o futuro.

Fernando Milani Marrera e Uirys Alvez Souza analisam, em *A tipologia da consciência histórica em Rüsen* (2013), a consciência histórica como representações do presente. Ela é inerente ao estar-no-mundo. Um conjunto de operações mentais que define a peculiaridade do pensamento histórico e a função que esse exerce na cultura humana. O agir histórico supera o tempo natural através das narrativas. Essas narrativas, segundo a leitura que os autores fazem de Rüsen, são a face material da consciência histórica. Toda forma de interpretação da experiência do tempo é capaz de orientar as ações e permitir atribuição de sentido.

Este enquadramento teórico viabiliza e motiva investigações de diversos tipos que partam das narrativas dos sujeitos como fontes para acessar e compreender o desenvolvimento do conhecimento e da consciência histórica. São nessas narrativas que os pesquisadores poderão identificar os indícios para, a partir dos pressupostos rüsenianos aqui apresentados através de estudos realizados no Brasil, construir categorias de análise que explicitem as múltiplas formas de explicação que os estudantes mostram ao explicar o seu presente, apelando para referenciais do passado. Para exemplificar esse processo, cita-se, a seguir, um estudo empírico realizado na Região Sul do Brasil, cujas fontes podem ser compreendidas como narrativas sobre a regionalidade.

Narrativas sobre a regionalidade: entre histórias e memórias

O conhecimento histórico, não sendo definitivo e estático, vai se reconstruindo a partir de inúmeras evidências que, ao serem apropriadas pelos narradores, tornam-se fontes para compreender o passado. As

evidências históricas situam-se, portanto, entre o que o passado deixou para trás e o que reivindicamos do passado (ASHBY, 2001). Nessa trama, as *memórias* surgem como importante evidência, mas cujas características demandam uma compreensão conceitual específica na investigação do passado. Nesse sentido, destacamos que a memória se tornou um importante tema para a reflexão historiográfica, recebendo contribuições de outros campos científicos como o da Sociologia e da Psicologia.

Paul Veyne (2008) destaca que a História é “filha da memória”, pois não podemos reviver o passado, mas somente narrá-lo de acordo com aquilo que vivemos hoje. Para ele a História é essencialmente conhecimento através de documentos que narram o passado. Ricouer (2007) também se refere à memória como sendo o único recurso para se reportar ao passado, associando-a à imaginação. Para o autor o esquecimento não deve ser visto como algo negativo, pois é a sombra daquilo que foi lembrado. Nessa perspectiva, o testemunho é a única forma de ligação entre a memória e a História. E a busca da verdade legitima a memória, diferenciando-a da imaginação.

Essas narrativas atendem a carências segundo Jörn Rüsen (2007). Elas moldam a consciência histórica, que, por sua vez, **dá sentido à realidade. Conectam o passado (interpretação)**, ao presente (compreensão) e ao futuro (projeção). Investigar a atuação dessas narrativas, na formação da consciência histórica, é uma necessidade que o campo historiográfico possui na atualidade. Porém, tais narrativas produzem esquecimentos e não apenas lembranças. Apagam o passado que não se pretende lembrar. Quanto a essa função do narrar, percebe-se um debate historiográfico que permeia as discussões recentes acerca de História e memória. A contar dessa constatação, autores têm trabalhado a partir de memórias que trazem à tona as chamadas “invisibilidades do passado”.

O presente provoca questionamentos ao passado. A narrativa, nesse sentido, configura-se como uma comunicação da História com a memória, cuja dissociação levaria, segundo Rüsen (2015), a desperdiçar a parcela de *ficção* que está presente no narrar. Para o autor, essa presença do narrador é fundamental na narrativa, pois é ela que atribui significado e ancora a História no mundo vivido e orienta o homem no tempo.

Porém, é preciso distinguir narrativa histórica de ficção, sem cair num objetivismo positivista. Rüsen identifica três qualidades que

marcam a peculiaridade da narrativa histórica: ligação com o ambiente da memória; organização da unidade interna entre passado, presente e futuro (continuidade); e estabelecimento da identidade dos autores e ouvintes (RÜSEN, 2010). **São essas** três qualidades que permitem que a História oriente a vida prática no tempo.

As narrativas revelam, a partir de uma análise teórico-metodológica, quais elementos se tornam visíveis e quais são invisibilizados pelos narradores. Elegem-se, aqui, narrativas sobre a regionalidade, pautadas por memórias e identidades específicas, para compreender como se dá, na prática, a construção de sentido histórico a partir de elementos do passado da Região Sul do Brasil.

O Vale do Taquari e seus narradores

No Vale do Taquari, região situada na porção centro-leste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, composta por 36 Municípios, esse processo pode ser percebido na produção de materiais didáticos, programas de ensino, propostas pedagógicas, práticas docentes, dentre outras formas de representação do passado. Os alunos, como público-alvo, participam dos processos de patrimonialização das memórias regionais, cuja seleção se dá a partir de determinadas passagens, atores, períodos e eventos das narrativas acerca da história dos Municípios.

A memória **é uma das bases da História**, mas só recentemente se tornou objeto da historiografia (SILVA; SILVA, 2006). Hoje se contesta a ideia de que a memória não pode ser trabalhada como documento histórico. História e memória passaram a ser vistas como inseparáveis, na medida em que a primeira resgata o contexto de vida social, e a segunda, as trajetórias individuais. Porém, a memória não é somente individual. Para os historiadores, interessa mais a memória coletiva, entendida como propriedade de uma comunidade ou grupo (SILVA; SILVA, 2006).

Pode-se afirmar que não existe uma identidade unificada, mas diversas identidades que convivem na atualidade, sejam elas culturais, étnicas, de gênero, dentre outras. Os atores sociais, portanto, mesmo convivendo no mesmo lugar, podem se aproximar de diversas outras identidades que se coadunam ou se distanciam daquela que é predominante na região na qual vivem. Assim, os grupos sociais ligados a uma cultura ou território investem, por vezes, na tarefa de construir

uma identidade de caráter regional ou local, que estabeleça vínculos entre as pessoas e dê visibilidade ao regional no espaço global.

A memória, no que tange ao processo de construção de identidade, emerge como um elemento de composição de representações sobre o passado. No Vale do Taquari, as memórias sobre a imigração germânica e a italiana e, em menor intensidade, a açoriana, são evidenciadas nessas composições denominadas “lugares de memória”. A identidade, assim, é reconstruída a partir de lembranças que se tornam História Regional, ensinada nas escolas a partir de diferentes recursos e abordagens.

A interculturalidade surge, nesse sentido, como uma categoria fundamental para a consciência histórica. Isso porque a História permite pensar o *outro* numa perspectiva humanista. Rösen evidencia essa ligação entre interculturalidade, questões de identidade e consciência histórica, apontando-as como foco de reflexão e de investigação. A memória e a consciência histórica formam a identidade numa perspectiva temporal (RÜSEN, 2015a). O autor propõe uma tipologia para evidenciar a ligação entre História e interculturalidade: destaca a relação entre as pessoas como centro da diversidade e da universalidade do ser humano.

Compreender as narrativas sobre a regionalidade no Vale do Taquari requer, nessa mesma linha de investigação, que compreendamos as noções de interculturalidade presentes nas ideias históricas dos atores da região. Acessando tais narrativas, é possível identificar de que forma as pessoas vêm construindo essa compreensão das relações identitárias como constructo social e histórico. *Nessa dinâmica, como a escola e os sistemas de ensino trabalham para que estas ideias sejam, cada vez mais, interculturais e menos excludentes ou preconceituosas?*

A História Regional do Vale do Taquari vem se tornando objeto de interesse de diversos segmentos da sociedade nas últimas décadas (a partir dos anos 1980, mais especificamente). Grande parte dessa retomada da regionalidade se deu através dos processos de “resgate da memória”, em face das supostas ameaças que a globalização representa à identidade regional. Nesse sentido, identificam-se ações destinadas à *patrimonialização das memórias*,² cujos resultados são as diversas representações do passado nos espaços de memória edificadas nos Municípios que integram dito território.

Dentre essas ações, que visam a materializar o passado regional, destacam-se museus, praças, placas comemorativas, monumentos e roteiros de turismo histórico. No entanto, esse processo de patrimonialização não ocorre apenas nos referidos espaços de memória. Há também um vasto conjunto de estratégias, promovidas pelas administrações municipais e entidades privadas ou comunitárias, que visa a identificar a história regional com determinadas passagens selecionadas pelos promotores desse “resgate do passado”.

Essas representações estão ligadas a passagens da História Regional que cristalizam o passado, excluindo determinadas narrativas em vista daquelas que foram selecionadas. Os diferentes portadores desse discurso oficializam as memórias, enquanto os esquecimentos geram as invisibilidades inerentes ao discurso memorialista. Esse processo, portanto, tem também sua historicidade. Foi construído a partir de determinados grupos e discursos, os quais podem ser identificados e contextualizados na trajetória da formação da consciência histórico-regional ao longo do século XX, principalmente.

De que forma essas memórias foram se perpetuando e se relacionando? Como chegaram até o presente e de que forma se mantêm? Essa trajetória requer uma investigação a partir de diferentes fontes disponíveis em acervos públicos e privados, bem como em espaços de memória. No entanto, há um lugar em que o processo de patrimonialização de memórias ocorre de forma mais sistematizada e planejada: as escolas de Educação Básica da região. A partir da elaboração do currículo, as diferentes instituições de ensino investem na construção do conhecimento histórico sobre os Municípios e sobre a região do Vale do Taquari. O discurso e a prática escolares colaboram para a afirmação identitária regional, selecionando passagens que se integram ou são excluídas do ensino de História Regional.

No Vale do Taquari, o trabalho de busca do passado vem se ampliando visivelmente, nas últimas décadas, promovido, fundamentalmente, pelas administrações municipais e por setores ligados à educação, cultura e turismo dessas mesmas instituições. Muitas vezes, identifica-se, também, a existência de parcerias entre as prefeituras e iniciativas particulares, ambas interessadas no *resgate* do passado local e na sua posterior divulgação nos diversos meios de comunicação.

Diversos encontros para discutir a memória regional foram pautados pelos discursos de memorialistas, baseados em estudos de

genealogias, pesquisas autônomas e com pouca ou nenhuma vinculação acadêmica. Concomitantemente, essas discussões foram dialogando com a formatação de roteiros de turismo, com a edificação de espaços de memória e de monumentos, incorporando, também, manifestações que já ocorriam na região, como festivais gastronômicos, festas municipais e outras iniciativas. Tal processo passou a se refletir no ensino de História, quando as escolas de diferentes redes incorporaram essas narrativas, antes pouco evidenciadas nos programas de História do Rio Grande do Sul.

Assim, patrimonializava-se a história dos vencedores. Quando os demais grupos sociais eram abordados, assumiam uma caracterização secundária, apenas como um “pano de fundo” da história da pujança econômica e social de uma parte da sociedade. Se visitarmos lugares de memória na região do Vale do Taquari, geralmente veremos a vestimenta do “colono alemão ou italiano”, suas ferramentas, suas casas e outros artefatos. Nesses espaços, não encontraremos referências aos outros grupos que compõem o mosaico cultural e identitário correspondente à região. Como bem define Funari (2001), no Brasil, houve uma tendência a não patrimonializar os legados africano e indígena, tampouco o dos subalternos.

Pollack (1989, p. 8) chama esse processo de “enquadramento da memória”: ações que buscam “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território”. Esse trabalho de enquadramento tem limites impostos, tanto pelas circunstâncias quanto pelas regras internas do próprio grupo e, “além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas, etc.” (POLLACK, 1989, p. 10-11).

Visibilidades e invisibilidades nas narrativas do Vale do Taquari

Dentre as narrativas do passado selecionadas pelos que buscam inventariar e divulgar a História Regional do Vale do Taquari, destacam-se aquelas associadas à imigração italiana e à germânica e, em alguns casos, à açoriana. No entanto, as demais etnias que compuseram o mosaico

de identidades dessa região tornam-se, total ou parcialmente invisíveis, na medida em que as narrativas predominantes se transformam em representações da identidade regional. As memórias que compõem o processo de patrimonialização na região atuam, portanto, no esquecimento da história dos africanos e afro-brasileiros, de indígenas e demais povoadores que ocuparam o território antes da chegada dos imigrantes europeus (século XIX) (NICOLINI, 2006).

Considerando tal contexto, percebe-se sua relação com a Teoria da História de Jörn Rüsen (2015), que instiga a investigação de como se desenvolve a consciência histórica dos sujeitos em diferentes realidades. Ao identificar a Educação Histórica e a Didática da História como campos de conhecimento que têm sua própria estrutura de funcionamento, o pensador destaca a necessidade de que se desenvolvam investigações para compreender o funcionamento da consciência histórica na aprendizagem histórica. Esse processo se desencadeia através da narrativa histórica e de sua relação com o presente.

O ensino de História Regional ocorre, geralmente, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Nos Municípios do Vale do Taquari, os alunos realizam estudos sobre a história da região, destacando-se a trajetória do Município no qual estão inseridos. A partir dessa realidade, investigou-se de que forma o processo de patrimonialização das memórias perpassa pelas propostas pedagógicas e suas respectivas repercussões na formação do pensamento histórico dos jovens, a partir das representações da História Regional presentes nessas duas dimensões escolares.

A construção de identidades que se desenvolve através de práticas pedagógicas, principalmente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, vem se incorporar, nessa perspectiva, à consciência histórica já formulada antes mesmo da educação escolar. Tal consciência é formada a partir do contato com os espaços de memória e demais representações que integram o cotidiano das pessoas que vivem nos Municípios do Vale do Taquari. As representações dialogam com o espaço de aprendizagem, em cujo processo pode se dar sua afirmação ou negação.

Esses intercruzamentos vão ao encontro da proposta de Jörn Rüsen, em sua Teoria da História, para o qual as pesquisas acerca da formação da consciência histórica são fundamentais para compreender as diferenças entre a História como ciência e a História ensinada nas escolas. Através da Didática da História, compreendida como a ciência

que trata do ensino e da aprendizagem nesse campo do conhecimento, é possível e necessário investir na aproximação da universidade da escola básica, reduzindo distanciamentos e provocando questionamentos ao paradigma que atribui à didática apenas os métodos de ensino.

Se, antes, a História servia para forjar uma identidade nacional, hoje ela contribui para a constituição de diversas identidades. Porém, assim como o discurso de unificação nacional incluía e excluía sujeitos e processos das narrativas oficiais, a História Regional também acaba privilegiando determinados grupos em contraposição a outros que, mesmo que sejam mencionados, são situados em uma hierarquia de importância e significado histórico através das narrativas (BITTENCOURT, 2008).

Durante muito tempo, a historiografia sobre os indígenas, na atual região denominada Vale do Taquari, permaneceu praticamente desconhecida ou, quando narrada, era objeto de produções não acadêmicas, pautadas pelos relatos orais ou evidências pouco situadas no tempo e no espaço. O resultado dessas tentativas de inserir os primeiros habitantes do território na História era, portanto, fruto da memória construída principalmente pelas narrativas europeias e de seus descendentes. Os primeiros habitantes são situados em tempos “imemoriais”, ou seja, não há um tempo histórico em que podemos situá-los, já que pouco se sabe sobre sua história.

A presença de africanos no Vale do Taquari, nas narrativas tradicionais, foi associada à escravidão, ou então, negligenciada ao longo do tempo. As alusões a esse grupo sempre foram vagas, assim como ocorria em relação às narrativas sobre os indígenas. Essa representação, ao mesmo tempo que minimizava a existência da escravidão na região, colocava os africanos e seus descendentes como sujeitos secundários na história regional. Porém, nos últimos anos, através de pesquisas desenvolvidas acerca do tema, nos contextos nacional e estadual, essas narrativas tendem a ser revistas e reescritas.

As narrativas, ao não revelarem os contatos interétnicos, construíram uma história linear e evolutiva, como se cada povoador chegasse para “melhorar” o que os antecessores haviam feito. Nessa hierarquia, indígenas e africanos ocuparam a posição de imemoráveis; pertenciam a um passado sobre o qual pouco ou nada poderia ser lembrado ou escrito. Já os portugueses e açorianos teriam um papel secundário, pois vieram para “civilizar” o território e, mais tarde,

chegariam os grandes responsáveis pelo progresso regional: os alemães e os italianos, transformados em verdadeiros heróis de uma epopeia histórica (NICOLINI, 2006).

No século XIX, iniciou o processo de ocupação que trouxe o maior número de povoadores à região do Vale do Taquari, representado pelos colonos germânicos e italianos. Devido aos problemas enfrentados em seu país de origem, esses imigrantes vinham ao Brasil atraídos pelas promessas de terras, ajuda financeira, alimentos e outros benefícios para o cultivo inicial nas colônias que eram então criadas em diversos pontos do País (AZEVEDO, 1975; ROCHE, 1969). No Rio Grande do Sul, mais especificamente no Vale do Taquari, a propaganda para atrair imigrantes europeus resultou num intenso fluxo populacional, que deu origem a povoações a partir das quais se formou a maioria dos 36 municípios da região.

Os imigrantes que se estabeleceram no Vale do Taquari receberam lotes de terras nos quais foi implantado o regime de pequena propriedade familiar, modelo inexistente nos latifúndios de outras regiões do Brasil até aquele momento. Esses imigrantes passaram, gradativamente, a assumir uma nova identidade ligada às colônias nas quais se instalaram, no entanto sem deixarem de se identificar com a nação de origem, cujo passado seria mais tarde evocado pelas memórias que dariam sustentação às representações da identidade étnica construída no novo território (NICOLINI, 2006).

Nesse sentido, podemos identificar diversas manifestações que fazem alusão à presença dos imigrantes no Vale do Taquari, a partir do século XIX. Porém, essas representações foram se transformando ao longo do tempo. Nos primeiros anos do século XX, esse movimento ainda estava em curso, portanto, não havia ainda uma identidade substantiva sobre a dita presença estrangeira em território brasileiro. Nos anos 1930, com a ascensão do nacionalismo varguista, grande parte dessas representações foi sufocada, em razão de uma identidade nacional que se pretendia forjar e fortalecer (SEYFERTH, 2000).

Em diversos espaços do território onde esses imigrantes se instalaram, as representações identitárias de cunho étnico foram motivo para a criação de lugares de memória, celebrações e uma diversidade de materiais que buscaram promover o chamado “resgate” da memória

dos antepassados. O que antes era motivo de medo e vergonha, agora passava a ser um orgulho de pertencimento étnico.

Assim, a partir dos anos 1960, podemos identificar o começo de um projeto de valorização das diferenças étnicas que formaram a diversidade cultural brasileira. Órgãos governamentais e iniciativas de caráter privado ou comunitário buscaram registrar essas memórias, evidenciando determinadas trajetórias históricas e étnicas na formatação de uma narrativa que contemplasse tais diferenciais. Memorialistas passam a atuar intensamente na busca de vestígios que comprovassem esse passado e legitimassem tais projetos (NICOLINI, 2013).

Nessa reconstrução da trajetória dos imigrantes na região do Vale do Taquari, especificamente, a história desses sujeitos foi assumindo um caráter exemplar, como as narrativas daqueles que venceram os desafios e se tornaram proprietários, comerciantes, intelectuais em outras posições sociais cujo *status* redefinia a posição do imigrante nos cenários regional e nacional. Quando os demais grupos sociais (indígenas e africanos), ganham visibilidade, bem como outras minorias europeias ou asiáticas – elas assumem uma caracterização secundária, apenas como um “pano de fundo” da história da pujança econômica e social de uma parte da sociedade. Por outro lado, as identidades que outrora foram sufocadas e perseguidas pela política do nacionalismo, agora ressurgiam como legitimadoras de um orgulho regional, fortalecendo a ideia de pertencimento a um território que, segundo as representações, se assemelhava a uma “pequena Europa” no Sul do Brasil.

Através do velamento de aspectos essenciais para a compreensão do processo histórico acerca da imigração no Vale do Taquari, cuja trajetória ainda requer estudos e trabalhos mais específicos, alimentam-se ideias que forjam uma realidade pretendida por aqueles cujos interesses estão voltados ou à glorificação de um passado mítico, ou então à construção de uma imagem que favoreça a propaganda atual acerca dessa região, vinculando-a a uma imagem idealizada da realidade.

Os estudantes e suas narrativas

A Educação Histórica, com as contribuições de Jörn Rüsen, marca, de forma evidente, o campo de investigação acerca da aprendizagem

historicamente situada, promovendo estudos que compreendem a escola como um grande campo de possibilidades para a pesquisa, abandonando a ideia de que o ensino se dá de forma isolada, como pensavam aqueles que atribuíam essas funções à Pedagogia ou somente à área da Educação. História, na perspectiva desta investigação, é aquilo que se elabora em diferentes espaços, através de múltiplas narrativas, apesar de essas se configurarem como tipos diferentes de elaboração (RÜSEN, 2015).

Para obter os dados explicitados neste texto, selecionou-se uma turma de alunos do 9º Ano de cada Município da região do Vale do Taquari para responder a um conjunto de questões elaboradas a partir de uma seleção de imagens disponibilizadas nas mídias acerca de lugares de memória, festividades, símbolos e demais artefatos culturais que são comumente associados à localidade. A seleção das imagens foi feita a partir de material disponível na *internet*, pois visava a oferecer aos estudantes representações com as quais eles têm contato diariamente, através das mídias. A intenção era oferecer imagens que contemplassem diversos grupos étnicos, no entanto nem todos são representados de forma tão evidente nas mídias. Essa variabilidade foi considerada na aplicação dos questionários, quando o aplicador interagiu verbalmente e solicitava que os participantes observassem as imagens não pela via estética, mas pelo significado que tinham na perspectiva deles.³

O material apresentado aos estudantes constava de um mapa do Vale do Taquari subdividido em microrregiões, seguido de um roteiro de questões: 1) Se você fosse apontar um símbolo para sua cidade, a partir das imagens a seguir, qual delas escolheria como: a primeira e mais adequada; a segunda mais adequada; a terceira mais adequada; a quarta mais adequada; a quinta e menos adequada. 2) Por que escolheu esta sequência de imagens? 3) Quais imagens você acrescentaria? e 4) Conte a história de sua cidade para um visitante que vem de outro lugar.

A partir dessa proposta, pôde-se obter um conjunto de dados acerca das ideias históricas dos estudantes concluintes do Ensino Fundamental relativas às narrativas sobre a História Local e a Regional. A metodologia baseou-se nos princípios da Educação Histórica, na medida em que parte das ideias prévias dos jovens sobre as narrativas sobre a regionalidade no Vale do Taquari. Conforme salienta Barca(2000), é preciso ter em mente que o constructo cognitivo dos jovens não é só pensamento nem apenas sentimento, mas um posicionamento como

pessoa inteira. O ato de compreender o *outro*, nesse sentido, também integra cognição e emoção.

Concluída essa etapa da pesquisa, realizou-se a leitura de todo o material coletado nos Municípios, construindo-se, a partir dos resultados obtidos, um quadro referencial com quatro categorias de ideias históricas identificadas nessas narrativas. Chegou-se à formulação apresentada: *narrativa presentista*, *narrativa etnocentrada*, *narrativa multicultural* e *narrativa intercultural*. Tomando esse quadro como instrumento de análise, fez-se novamente a leitura dos 542 questionários, destacando as principais ideias contidas nas respostas dos alunos e a classificação quanto às categorias formuladas.

Partindo das respostas dos estudantes, organizou-se um quadro referencial com as categorias de pensamento histórico identificadas nas narrativas apresentadas. O instrumento não teve a pretensão de classificar, definitivamente, as ideias presentes na elaboração dos jovens, mas organizá-las de forma que se pudesse analisar, teoricamente, à luz da Educação Histórica, como os estudantes do 9º Ano do Ensino Fundamental, ao concluírem essa etapa da escolarização, pensam sobre a História Local e a Regional.

Conforme estudos realizados por Barca (2000, 2011), podemos identificar, através de tais categorizações, possibilidades de compreender como os jovens pensam historicamente e, baseando-se nessas informações, projetar estratégias que ampliem a capacidade de compreensão e de aperfeiçoamento das ideias históricas, superando leituras lineares e pragmáticas do passado em contraposição a um pensamento mais sofisticado e cientificamente orientado.

A análise das narrativas de estudantes do Ensino Fundamental representa, na perspectiva da Educação Histórica, um momento indispensável quando se pretende investigar as ideias prévias de sujeitos e sua relação com o processo de formação do pensamento histórico e da consciência histórica. A leitura e a categorização dessas narrativas permitem visualizar as relações que esses jovens constroem para se orientar no tempo em que vivem. Revelam certezas, dúvidas, percepções acerca do *outro*, identidades, posicionamentos políticos, dentre outras subjetivações que o conhecimento histórico ajuda a externar através do sentido que eles dão ao tempo e aos acontecimentos na sua organização textual.

Observando os resultados quantitativos da análise, concluiu-se que a maioria dos estudantes utiliza ideias que caracterizam narrativas presentistas ou etnocentradas. As narrativas multiculturais aparecem em segundo plano, seguidas pelas narrativas interculturais, identificadas de forma significativamente menor em relação às demais. Porém, esses dados quantitativos apenas sinalizam um perfil geral do pensamento histórico presente nas narrativas dos jovens dos 36 Municípios. Para compreender os citados dados, selecionaram-se algumas narrativas ou excertos delas para exemplificar de que forma os estudantes contam a história do lugar onde vivem.

A investigação realizada permitiu uma aproximação com a realidade, estratégia fundamental quando se pretende compreender de que forma os estudantes pensam historicamente. Apesar das inúmeras variáveis que interferem na elaboração de narrativas (tempo, lugar, condições do ambiente, disposição dos jovens, dentre tantos outros fatores que não são possíveis de prever quando se trabalha com essa metodologia), pode-se realizar um levantamento significativo, que permite mapear, pelo menos provisoriamente, as interações entre o conhecimento histórico-escolar e as representações construídas *no e acerca do* território denominado Vale do Taquari.

De modo geral, percebeu-se que, nas regiões onde a colonização italiana se fez presente, as narrativas tenderam a ser mais etnocentradas, enquanto nas regiões de colonização predominantemente germânicas, as ideias dos estudantes já se apresentaram mais diversificadas, incluindo narrativas multiculturais ou até mesmo interculturais. Na região onde a colonização açoriana ou portuguesa ocorreu de forma mais evidente, as narrativas tendem a ser mistas, não havendo um tipo predominante. Inúmeros fatores interferem nessas construções elaboradas pelos estudantes, o que não foi analisado nesta pesquisa.

O que pretendemos evidenciar são as relações que tais narrativas têm com aquelas construídas *pelo e no* território. Percebemos que a construção de uma ideia de regionalidade no Vale do Taquari, assim como ocorre em diversos outros territórios, participa e interfere na elaboração do pensamento histórico e da conseqüente consciência histórica. Essa, que se dá de forma diferenciada, no processo de constituição de cada indivíduo, acaba dialogando com a cultura histórica, que é coletiva. Nessa dinâmica, os sujeitos constroem suas formas de percepção e

de orientação temporal, dando sentido a si mesmos e ao lugar em que vivem através de narrativas.

As narrativas de tipo *etnocentrada* evidenciam os processos de imigração italiano e germânico, principalmente, cuja tendência é evidenciar as qualidades dos imigrantes e os *desafios* enfrentados por esses sujeitos no passado, ligando tais eventos às características positivas atribuídas à regionalidade. Em seguida, destacam-se as *narrativas multiculturais*, que identificam outras culturas e identidades na região, porém tendem a narrá-las de forma isolada ou hierarquizada. No conjunto das narrativas *interculturais*, mesmo que a elaboração não construa uma reflexão histórica complexa, identifica-se, nas ideias dos estudantes, uma elaboração que anuncia uma compreensão intercultural, cuja abordagem reconhece conflitos, diversidades e interação entre as diferentes identidades.

As narrativas desses jovens mostram que a região é um construto humano. É resultado dessas e outras narrativas que se elaboram no tempo e no espaço, selecionando passagens que interessam, invisibilizando aquelas que não se integram nos projetos de regionalidade. Múltiplos sujeitos participam dessa trama, assim como diversos deles têm sua voz silenciada. A História contribui para essas cristalizações identitárias, trazendo para o presente passados que colaboram para a formatação de roteiros de turismo, lugares de memória, festividades, celebrações e outras manifestações que atuam no território.

O sentimento de pertencimento territorial, cristalizado nas narrativas sobre a regionalidade, se desfaz através do contato humano. Afinal, os moradores dos Municípios visitados são sujeitos vivendo no século XXI, apesar das diferentes narrativas que emitem sobre o passado. As memórias individuais são múltiplas e indefinidas, variando de acordo com o tempo presente. Já as memórias coletivas, aparentemente, nem sempre dialogam com essas individualidades, promovendo celebrações que delimitam quais memórias pertencem ao território e quais são delegadas aos espaços restritos da família, do grupo de amigos, dos lugares por vezes invisíveis para quem chega à cidade como um visitante.

A trama, no entanto, precisa ser mantida. As gerações do presente, sujeitos em formação, não viveram as experiências do passado. Por isso, cabe aos guardadores dessas memórias a tarefa de perpetuar as narrativas, para que a identidade não se perca. Diferentes espaços colaboram para que esse processo se efetive, desde o ambiente familiar até grupos de

convívio e de trabalho, clubes de lazer, igrejas, partidos políticos, dentre outros agrupamentos que investem na valorização de passados presentes.

Essas constatações nos provocam a refletir sobre os limites e possibilidades que o ensino de História apresenta na contemporaneidade, quando o mundo vive, segundo Rösen (2015), carências de orientação e uma conseqüente necessidade de humanização. Nesse cenário de globalização, a Educação Histórica busca compreender como se dá o processo de construção dessa consciência histórica dos sujeitos, transpondo o ensino de História tradicional, pautado pela memorização e pela reprodução de informações ditadas por pretensos porta-vozes do conhecimento científico.

Conclusão: por uma nova consciência histórica e humanista

A partir da Teoria da História de Jörn Rösen (2015), identifica-se, no ensino de História Regional, a possibilidade de acionar os dispositivos da consciência histórica dos sujeitos que ensinam e que aprendem. Tal realidade é um espaço privilegiado para analisar como se dão as formas narrativas e que sentidos elas representam para os estudantes. Investir na pesquisa e no desenvolvimento de metodologias para o ensino da(s) região(ões) representa um interessante exercício para compreender algumas proposições do autor quanto ao humanismo e à Didática da História.

Partindo da análise de que o ensino no Ocidente tem se voltando ao utilitarismo e à instrumentalização dos alunos ao longo do século XX, Rösen (2015) retoma a importância de uma Educação Histórica que privilegie a humanização. Essa proposta visa a uma aprendizagem histórica que reconheça o *outro* no processo de formação de consciência histórica. Isso significa romper com o ensino pragmático, preocupado apenas com a transmissão de informações e a conseqüente reprodução de conhecimentos para contemplar um sistema de ensino voltado a metas e resultados quantitativos.

A Educação Histórica busca construir aprendizagens significativas e qualitativas, que viabilizem a autonomia dos sujeitos, bem como o reconhecimento das identidades em meio a uma diversidade cultural

crescente na contemporaneidade. Nesse sentido, evidenciamos o papel do ensino de uma História da Regionalidade, ou seja, de uma que insira os alunos num processo de compreensão do lugar onde vivem, partindo das narrativas regionais como um “recorte” da História nacional e da mundial.

A Didática da História, assim, atua no sentido de construção de consciência histórica a partir de uma proposta que envolva a visitação a lugares de memória da cidade ou da região, a utilização de materiais publicitários na aula de História, a coleta e a análise de narrativas de pessoas da comunidade, dentre outros portadores de discursos que registram memórias locais, suas manifestações e artefatos culturais produzidos pelos sujeitos. Essas estratégias viabilizam, dessa forma, o diálogo entre o ensino e a pesquisa, entre a ciência histórica e as necessidades da vida prática.

Os alunos tornam-se efetivamente conscientes da História quando constroem sua identidade e respeitam a alteridade. Por isso, Rüsen defende uma História da humanidade, sem extrair conteúdos, mas remodelando a forma de ensiná-los; fazendo com que o estudante perceba o caminho que a humanidade trilhou, porém assumindo sua identidade nesse processo, utilizando tais conhecimentos para agir no mundo. Isso não significa estocar conhecimentos sobre a humanidade, mas compreender os processos de mudança e o significado das transformações, relacionando-as com o presente.

Voltamos, a partir dessas reflexões, ao papel que o ensino de uma História Regional pode representar na formação de uma consciência histórica humanizada e humanizadora. Compreender as diferentes culturas que habitam e atuam em uma região corresponde a uma oportunidade única de aprendizagem histórica, em que os sujeitos que ensinam e os que aprendem podem lidar com os vestígios de um passado que, apesar de próximo, se conecta a outros passados, outras temporalidades e, acima de tudo, à humanidade.

Referências

- AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação; IEL, 1975.
- BARCA, Isabel. *O pensamento histórico dos jovens: ideias dos adolescentes acerca da provisoriedade da explicação histórica*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Londres; Universidade do Minho, Braga, 2000.
- BAROM, Wilian Carlos Cipriani; CERRI, Luis Fernando. A Teoria da História de Jörn Rüsen entre a modernidade e a pós-modernidade: uma contribuição à Didática da História. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 991-1.008, set./dez. 2012.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- CASTRO, Júlia. Gente em movimento ao longo do tempo: ideias de interculturalidade e consciência histórica de jovens portugueses. In: BARCA, Isabel (org.). *Consciência histórica na era da globalização*. Braga: Universidade do Minho; Centro de Investigação em Educação, 2011.
- FUNARI, Pedro Paulo. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, n. 41 ½, p. 23-32, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.
- LEAL, Fernanda de Moura. Educação Histórica e as contribuições de Jörn Rüsen. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, 26., 2011. São Paulo. *Anais [...]*, São Paulo, 2011.
- MARRERA, Fernando Milani; SOUZA, Uirys Alvez. A tipologia da consciência histórica em Rüsen. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, n. 6, ago. 2013. Edição Especial.
- MARTINS, Estêvão C. de Rezende. O conhecimento histórico e sua rede fatorial. In: PRADO, Mara Emília; MUNTEAL, Oswaldo (org.). *Francisco Falcon: o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- NICOLINI, Cristiano. *Entre vales e montanhas...: análise das representações históricas dos imigrantes e a construção da identidade regional no Vale do Taquari*. 2006. 180 p. Monografia (Especialização em História do Brasil: novas perspectivas em ensino e pesquisa II) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2006.
- NICOLINI, Cristiano. *A construção da identidade territorial a partir das manifestações culturais no Vale do Taquari*: etnografia dos Grupos de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela e do 47º Festival do Chucrute. 2013. 206 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2013.
- NICOLINI, Cristiano. A construção da regionalidade nas narrativas históricas e recentes sobre a imigração no Vale do Taquari – RS. In: RAHMEIER, Andrea

RÜSEN, Jörn. Narrativa histórica: fundamentos, tipo, razão. In: MARTINS, Estevão de Rezende; SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. *Jörn Rüsen e o ensino de História*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2010.

SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. *RBCS*, ano 9, n. 26, p. 103-122, out. 1994.

SILVA, Rogério Chaves da. Método e sentido: a pesquisa e a historiografia na teoria de Jörn Rüsen. *Fronteiras – Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 17, p. 33-55, 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 2008.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Trad. de José Laurêncio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992.

Notas

1. Em 2011, a maioria dos Programas de Pós-Graduação em História no Brasil não aceitava investigações no ensino de História, com pouquíssimas exceções, mas existiam Programas de Pós-Graduação em Educação que já o faziam desde as décadas de 1980 e 1990. Esse problema persiste ainda na maioria dos programas de História, mas nunca foram os grandes produtores de investigações sobre ensino de História. O ProffHistória, programa criado em 2014, no Brasil, está revertendo esse quadro lentamente, mas para isso teve que se descolar dos PPGHs.

2. HARTOG (2006). Denominada processos de *patrimonialização*, as ações que selecionam elementos do passado e o transformam em História, cujas ações favorecem determinadas identidades.

3. A análise completa se encontra na tese de doutorado *Entre histórias e memórias: o pensamento histórico e as narrativas sobre a regionalidade na Educação Básica do Vale do Taquari-RS* (NICOLINI, 2019).